

**REGRAS DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL PREVISTA NO REGIME FINANCEIRO DAS
AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS (ARTIGOS 40 E 83 DA LEI 73/2013
DE 3 DE SETEMBRO)**

Município: *Ribeira Grande*

Descrição		31-12-2021	31-12-2022	31-12-2023
A- Receitas correntes cobradas brutas		20 526 808,32	22 419 174,66	22 654 502,88
B- Despesas correntes pagas		12 465 861,33	12 827 646,07	14 561 184,86
C- Saldo corrente ((A)-(B))		8 060 946,99	9 591 528,59	8 093 318,02
D- Amortização média dos empréstimos de médio e longo prazo, conforme mapa dos empréstimos		1 170 401,74	1 011 899,00	936 899,00
E- Diferença ((C)-(D))		6 890 545,25	8 579 629,59	7 156 419,02
Controlo do cumprimento da regra de equilíbrio	5% das receitas correntes cobradas brutas (art 40º, nº3, do RFALEI)	1 026 340,42	1 120 958,73	1 132 725,14
	Conclusão	Cumprimento	Cumprimento	Cumprimento

Artigo 40.º do RFALEI

Equilíbrio orçamental

1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5 /prct. das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, consideram-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital utilizado pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.

5 - Sem prejuízo dos n.os 1 e 2, para efeitos do disposto no presente artigo, e quanto às autarquias locais e entidades intermunicipais, no momento da revisão orçamental para integração do saldo da gerência anterior, este último releva na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita que visa substituir.

6 - Sem prejuízo dos n.os 1 e 2, a parte do saldo de gerência da execução orçamental consignado pode ser incorporada numa alteração orçamental, com a aprovação do Mapa dos Fluxos de Caixa pelo órgão executivo, em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas.

Artigo 83.º do

RFALEI

Equilíbrio orçamental

Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 40.º, no caso de empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente lei, considera-se amortizações médias de empréstimos o montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada em vigor da presente lei pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato.